

“Fake news acima de tudo, fake news acima de todos”: Bolsonaro e o “kit gay”, “ideologia de gênero” e fim da “família tradicional”

Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão F^o.*

Fernanda Marina Feitosa Coelho**

Tainah Biela Dias***

RESUMO

O presente texto analisa como a produção de *fake news* impulsionou a campanha de Jair Messias Bolsonaro (Partido Social Liberal - PSL) à Presidência da República, culminando em sua vitória no 2º turno das eleições do ano de 2018. Por meio de pesquisa bibliográfico-documental, demonstramos como sua campanha se utilizou de estratégias discursivas que associavam o candidato à defesa da “família tradicional brasileira” por meio da oposição ao “kit gay” e à “ideologia de gênero”. Sua campanha teve o apoio massivo de setores conservadores da sociedade brasileira, tais como integrantes da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) e lideranças religiosas proeminentes na mídia como o pastor assembleiano

* Presidência da Associação Brasileira de História das Religiões (ABHR); Docente-visitante do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas (PPGDH/UFPB) e do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba (CCJ/UFPB); Pós-Doutorado em Ciências das Religiões pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2018); Pós-Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Pós-Doutorado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (USP); Mestrado em História do Tempo Presente pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC); Coordenação da Fogo Editorial. E-mail: edumeinberg@gmail.com

** Doutoranda do Programa de Ciências da Religião na Universidade Metodista de São Paulo. Mestra em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo. Bacharela em Ciências Econômicas pela Universidade Cruzeiro do Sul. Membro do grupo de pesquisa em gênero e religião Mandrágora/NETMAL. E-mail: femfcoelho@gmail.com

*** Doutoranda do Programa de Ciências da Religião na Universidade Metodista de São Paulo. Mestra em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo. Bacharela e licenciada em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Membro do grupo de pesquisa em gênero e religião Mandrágora/NETMAL. E-mail: tainah.biela@gmail.com

Silas Malafaia. Por fim, refletimos sobre as formas como a campanha de Jair Messias Bolsonaro e sua consequente vitória colocam desafios à democracia e à laicidade do Estado brasileiro, sobretudo considerando o não-compromisso com os direitos de mulheres e da população LGBTQ+ e com questões de gênero e sexualidade, combatidas com argumentos falaciosos que também são respaldados por um discurso político-religioso que se afirma monolítico.

Palavras-chave: Família Tradicional. Ideologia de Gênero. Kit Gay. Jair Bolsonaro. *Fake news*.

“Fake news ABOVE EVERYTHING, Fake news ABOVE EVERYONE”: BOLSONARO, THE “GAY KIT”, “GENDER IDEOLOGY” AND THE END OF THE “TRADITIONAL FAMILY”

ABSTRACT

This paper analyzes how *fake news* productions boosted Jair Messias Bolsonaro’s campaign (PSL) to the Presidency of the Republic, culminating in his victory in 2018 elections second turn. Through bibliographic-documentary research, we demonstrate how his campaign used discursive strategies that associated the candidate to the “traditional Brazilian family” defense and the opposition to the “gay kit” and “gender ideology”. His campaign had massive support from Brazilian conservative sectors, such as members of the “Frente Parlamentar Evangélica (FPE)” [*Evangelical Parliamentary Front*] and prominent religious leaders in the media, such as Pastor Silas Malafaia. Eventually, the paper presents the ways in which Jair Messias Bolsonaro’s campaign and its consequent victory pose challenges to democracy and the *laïcité* of the Brazilian State, especially considering the non-commitment to the rights of women and the LGBTQ+ population, gender issues and sexuality, fought with fallacious arguments, which are also backed by a monolithic political-religious discourse.

Key-words: Traditional family. Gender Ideology. Gay Kit. Jair Bolsonaro. *Fake news*.

Introdução

Apresentamos neste texto uma análise superficial acerca da utilização de notícias falsas – as famigeradas *fake news*, para usarmos um anglicismo corrente – durante a campanha de Jair Messias Bolsonaro (Partido Social Liberal - PSL) à Presidência da República do Brasil em

2018. Procuramos demonstrar que, dentre outros elementos possíveis, Bolsonaro foi eleito presidente por conta da veiculação de notícias inverídicas em redes sociais como o *WhatsApp*, *Twitter* e *Facebook* sobre temas como "kit gay" e "ideologia de gênero", objetivando causar um sentimento de terror social pelo suposto extermínio da "família tradicional brasileira". Para esta análise, utilizamos a pesquisa de caráter bibliográfico-documental e fundamentamos os referenciais teóricos em notícias veiculadas pela mídia hegemônica e alternativa brasileira durante o ano corrente (2018).

O texto está dividido da seguinte maneira: após esta introdução, apresentaremos algumas das formas como sofismas como o "kit gay" e a "ideologia de gênero" foram utilizados na destrutiva arquitetura de um "inimigo" a ser combatido – as reflexões, estudos e diálogos sobre gênero e sexualidade em ambientes educacionais, bem como em outros. Na sequência, abordaremos como algumas destas falácias, especialmente a (suposta) "ideologia de gênero" foi utilizada na campanha presidencial de Jair Bolsonaro à lá Joseph Goebbels: "uma mentira repetida mil vezes se torna verdade". Ao final, tecemos algumas considerações que, longe de esgotar o tema, sinalizarão para a urgência de se assegurar uma educação livre e democrática e um Estado laico e respeitoso a todas as diversidades de ser.

1. Construindo o inimigo: do "kit gay" à "ideologia de gênero"

Os debates em torno dos direitos sexuais e reprodutivos têm sido pauta recorrente das discussões que permeiam a cena política brasileira. Sobretudo a partir do pleito eleitoral do ano de 2010, Sandra Duarte de Souza (2013) destaca como os direitos das mulheres e da população LGBTIQ+ foram instrumentalizados como moedas de troca para declaração de apoio ou rejeição a candidatos que concorriam naquele momento, com destaque para os debates sobre a descriminalização do aborto e o casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Entretanto, a enunciação dessas pautas não se restringe aos períodos eleitorais. Logo no primeiro ano do governo da então presidenta Dilma Rousseff, em 2011, é possível observar a explosão de discursos daquilo que fora pejorativamente apelidado como "kit gay" e seu posterior desenvolvimento para o que viria a ser conhecido como "ideo-

logia de gênero” durante os debates sobre o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024)¹. Elocubrados, majoritariamente, por aqueles que compõem a Frente Parlamentar Evangélica (FPE) e parlamentares afinizados aos posicionamentos desse grupo, o combate aos direitos sexuais e reprodutivos têm sido colocados em nome da defesa da “família tradicional” contra tudo aquilo que se configure ameaça aos valores tradicionais e à moralidade religiosa. Essa bandeira foi capaz de se perpetuar e se estender até o pleito eleitoral de 2018, contribuindo para a vitória do candidato Jair Messias Bolsonaro, nacionalmente conhecido por sua oposição aos direitos das reprodutivos mulheres e direitos sexuais de pessoas LGBTQ+.

Os eventos que explicitam os debates sobre o “kit gay”, a “ideologia de gênero” e a campanha de Jair Bolsonaro possuem um elemento em comum: a produção em massa das chamadas *Fake news* e a evidenciação de dimensões político-religiosas, utilizadas para estabelecer sujeitos subversivos que seriam os inimigos da “família tradicional brasileira” e que intentariam destruí-la por meio da homossexualização de crianças, da libertinagem sexual e outros elementos.

Quando nos referimos à produção do inimigo, corroboramos com a perspectiva de Judith Butler (2015) de que determinados enquadramentos, em contextos marcados pela instabilidade e pelo conflito social, produzem sujeitos que supostamente seriam ameaçadores à vida da nação e que são, por isso, sacrificáveis e não passíveis de luto. Como ressalta Butler, “quando essas vidas são perdidas, não são objeto de lamentação, uma vez que, na lógica distorcida que racionaliza sua morte, a perda dessas populações é considerada necessária para proteger a vida dos ‘vivos’” (BUTLER, 2015, p. 53). A lógica que norteia a produção do inimigo é aquela que busca estabelecer sacrifícios necessários em nome de um “bem maior”, seja este a nação, a “família”, a ordem, instituições e estratégias discursivas que almejam a perpetuação do *status quo* e que estabelecem uma distribuição desigual do reconhecimento e da cidadania. Este é o caso das chamadas minorias sexuais,

¹ Outra das muitas questões referentes a gênero e sexualidade identificadas no governo da ex-presidenta Dilma Vana Rousseff esteve na *misoginia* sofrida pela mesma durante o processo que culminou em seu *impeachment*, conforme notaram Janaina Zdebsky, Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão F^o. e Joana Maria Pedro (2015) e Elen Gerales, Tânia Ramos, Juliano da Silva, Liliane Machado e Vanessa Negrini (2016).

que vêem seus direitos serem constantemente negados e caçados por investidas político-religiosas como aquelas que serão explicitadas no decorrer deste texto.

Para entender como os temas se configuraram importante estratégia política nas eleições 2018, é necessário perceber como o recurso à defesa da "família brasileira" tem se consolidado como elemento capaz de suscitar identificação entre parte do eleitorado brasileiro e candidatos/as que defendem pautas conservadoras². Sendo assim, analisaremos inicialmente o contexto histórico em que os temas surgiram e como ocuparam lugar privilegiado nas discussões populares sobre os/as candidatos/as das eleições presidenciais de 2018, ocasionando posicionamentos precipitados e infundados que propagavam informações inverídicas sobre ambos os temas, ao invés de esclarecimentos sobre seus conteúdos.

O episódio do "kit gay", ocorrido no ano de 2011, diz respeito a tensões relacionadas a um conjunto de materiais que tinha o objetivo de combater a homofobia nas escolas brasileiras, visto que a orientação sexual é um dos grandes motivadores do *bullying* escolar. Composto por um caderno, boletins, audiovisuais, cartaz e carta de apresentação para os/as gestores/as em educação, este kit anti-homofobia era parte do Projeto Escola sem Homofobia, proposto pelo Ministério da Educação, à época encabeçado por Fernando Haddad e por ONGs nacionais e internacionais e avalizado pela UNESCO, que, por sua vez, estava vinculado ao Programa Brasil Sem Homofobia, programa interministerial que visava o combate à homofobia em diversos eixos, dentre estes as escolas públicas. Neste contexto, pressões realizadas por parlamentares evangélicos e seus apoiadores culminaram no veto da presidenta Dilma Rousseff ao material³.

Analisando a atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBT+s no Brasil, Christina Vital e Paulo Lopes

² Para melhor compreender como se configura o discurso de defesa da "família", ver: Tainah Biela Dias (2017).

³ Tais discussões deram ainda arcabouço para a retirada de termos relacionados a gênero e sexualidade de Planos Municipais de Educação (PMEs) Brasil afora, conforme detectaram Odair Souza (2016), e Odair Souza e Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão Fº. (2018).

reuniram falas de deputados envolvidos nas discussões sobre aborto na campanha presidencial de 2010 e no caso do “kit anti-homofobia”⁴. A obra relata como um “kit gay” teria sido inventado para impedir que a homofobia fosse combatida nas escolas públicas, garantindo os interesses de lideranças político-religiosas conservadoras. Em fala apresentada na obra, o deputado Jean Willys (PSOL-RJ) explicita a artimanha:

(...) no início da legislatura, a gente foi surpreendido pela apresentação de um material, por parte dos deputados da bancada evangélica e outros que não são da bancada evangélica, mas que gravitam ali em torno (como é o caso do Bolsonaro), nós da Frente LGBT, com os discursos desses deputados na Tribuna apresentando um material que não era o material do ‘Escola Sem Homofobia’. E aí, a gente fez uma corrida pra tentar desmentir isso, de ir pra Tribuna e dizer que aquele material não era o material, só que setores da imprensa já tinham comprado essa versão, em especial, a Rede Record. Foi quem mais deu espaço a esses deputados. (...) Então, a matéria da Record repercutiu muito nas redes e foi produzindo uma histeria de massa, em que as pessoas não paravam para saber ou pra ver se era aquilo mesmo. Eles [os deputados contrários] começaram simplesmente a dizer que o material ensinava as crianças de cinco, seis anos, a fazerem sexo anal, a escolherem um parceiro. E era um material que eles conseguiram de um Programa de Redução de Danos entre usuários de drogas injetáveis, voltados para travestis e transexuais. Então, um material de redução de danos de usuário de drogas injetáveis, para travestis e transexuais da noite, têm uma linguagem, que é desse povo, então, é, quando essa linguagem, desse material, foi apresentada como se fosse o material da escola, do projeto ‘Escola Sem Homofobia’. É óbvio que os pais não vão querer que o filho leia um material daquele. E isso ganhou corpo na disputa de verdades, nos jogos de verdade, a verdade que se impôs foi essa, não adiantou (VITAL; LOPES, 2011, p. 146).

O deputado explica como, na verdade, as pressões em torno do kit trataram-se de uma manobra política diante de uma primeira situação de instabilidade do governo Dilma: acusações de enriquecimento ilícito envolvendo o então Ministro Chefe da Casa Civil, Antonio Palocci. Neste contexto, parlamentares da FPE declararam que, caso a presidenta não proibisse a distribuição do material, a bancada endossaria

⁴ Aqui, nos referimos aos deputados e parlamentares homens, pois a agenda moral de bancadas como a Frente Parlamentar Evangélica (FPE) é por eles estabelecida em detrimento do silenciamento de deputadas mulheres. Para melhor compreender a atuação das mulheres que compõem a FPE, ver: Maria de Lourdes V. Oliveira (2018).

[...] em função de termos assumido aqui a defesa da família brasileira, de valores, de princípios, tendo principalmente como referência o *kit gay* [...] a Bancada Católica, a Frente Parlamentar Evangélica, a Frente da Família, reunidas agora à tarde, tomaram algumas decisões que eu gostaria de dar conhecimento a esta Casa. [...] iremos articular a aprovação de requerimento que convoque o Ministro Palocci a vir a esta Casa para esclarecer aquilo que é de interesse da sociedade brasileira. Ao mesmo tempo, iremos endereçar um requerimento à Presidenta Dilma pedindo a exoneração do Ministro Haddad por ter perdido a confiança da sociedade brasileira⁵.

A despeito das motivações que fizeram com que a presidenta Dilma vetasse o material, o episódio do kit anti-homofobia e a arguição do parlamentar supracitado nos permite perceber como são vocalizados discursos político-religiosos que associam a defesa da família e o combate a políticas públicas voltadas para a população LGBTIQ+. Iniciou-se, assim, a produção de um inimigo da “família tradicional brasileira”, que viria a se solidificar com a popularização da chamada “ideologia de gênero”.

O termo “ideologia de gênero” ganhou força no país em meios às tramitações do Plano Nacional de Educação de 2012 até sua aprovação em 2014 e encontrou espaço nas manifestações populares durante as votações dos Planos Municipais de Educação entre os anos de 2015 e 2016. Embora Naira Pinheiro dos Santos e Fernanda M. F. Coelho (2016) ressaltem que o termo foi formulado, inicialmente, no contexto eclesiástico da Igreja Católica latino-americana, foi nas discussões do Plano Nacional de Educação, e posteriormente nos Planos Municipais de Educação, que a “ideologia de gênero” se popularizou de tal forma que passou a ser reproduzida e rechaçada pela população brasileira.

⁵ Câmara dos Deputados. Discursos e Notas Taquigráficas. 24/05/2011. Disponível em: <http://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=3&nuSessao=123.1.54.O&nuQuarto=22&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=20:42&sgFaseSessao=OD%20%20%20%20%20%20%20%20%20&Data=24/05/2011-&txApelido=PRESIDENTE&txEtapa=Com%20reda%C3%A7%C3%A3o%20final>. Acesso em: 06 dez. 2018.

Como no caso do kit anti-homofobia, a “ideologia de gênero” foi apresentada pelo discurso político-religioso, principalmente, como a tentativa de “sexualizar precocemente” crianças e fazer do “homossexualismo” uma prática “normal”. O destaque dado à discussão do tema ocasionou a criação de uma Comissão Especial do Plano Nacional de Educação e as pressões político-religiosas contra a “ideologia de gênero”, majoritariamente concentradas na defesa da “família tradicional brasileira”, resultaram no ocultamento das diretrizes que propunham a superação de formas de discriminação baseadas em raça/etnia, regionalidade, gênero e orientação sexual, da versão inicial do segundo Plano Nacional de Educação. É importante ressaltar que os termos problemáticos nesta discussão foram “gênero” e “orientação sexual” e a visibilidade que ambos proporcionariam à ampliação de direitos sexuais e reprodutivos⁶.

Se nas discussões do Plano Nacional de Educação os debates se concentraram dentro das paredes do Congresso Nacional, no contexto dos Planos Municipais de Educação diversas Câmaras Municipais foram ocupadas por manifestantes religiosos ou não, defendendo a naturalidade da composição familiar tradicional e ressaltando a divisão sexual fundamentada em uma concepção binária e heteronormativa desde a infância e ignorando as particularidades ensinadas nos diversos ambientes de socialização, incluindo a escola. A participação da sociedade civil conservadora nas discussões que envolvem o tema da “ideologia de gênero” gerou maior apropriação e difusão sobre o tema, ainda que de forma confusa, distorcida e/ou demonizada.

É importante notar que argumentos utilizados tanto no combate ao material do Programa Escola Sem Homofobia (o “kit gay”) quanto, anos mais tarde, no combate à “ideologia de gênero” no Plano Nacional de Educação e nos Planos Municipais de Educação, partem das mesmas fundamentações e se utilizam de lógicas argumentativas que se assemelham. Em ambos os casos, o apelo é para a necessidade

⁶ Embora nosso intuito não seja focar especificamente nas discussões sobre o Plano Nacional de Educação e na instrumentalização da “ideologia de gênero” neste episódio, é importante rememorar o processo que consolidou a “ideologia de gênero” como inimigo do Brasil. Como veremos, este discurso será utilizado para a produção e reprodução de *Fake news*. Para entender melhor como esse processo aconteceu, ver: Sandra Duarte de Souza (2014); Fernanda M. F. Coelho (2017).

de "proteger" as crianças de uma sexualização e erotização precoce, que seria a base do plano do "ativismo gay" – expressão comumente usada por lideranças religiosas como o pastor Silas Malafaia⁷ – para a "homossexualização" da sociedade brasileira. O combate ao inimigo se fundamenta, então, na necessidade de defender a sobrevivência da "família brasileira", baseada na união entre um homem e uma mulher que geram a sua prole, ignorando todas as outras configurações familiares já explicitadas em pesquisas censitárias (IBGE, 2010).

Desta forma, a base discursiva de lideranças político-religiosas parte de falácias que vão de encontro ao imaginário hegemônico da sociedade brasileira, mas que não corresponde à concretude da vida e às dinâmicas cotidianas. Conforme notado por Naira Pinheiro dos Santos e Fernanda M. F. Coelho (2016) demonstram como as famílias brasileiras já não mais corresponde mais ao ideal "tradicional" defendido pelas lideranças político-religiosas, assumindo diferentes configurações e composições.

As discussões feitas até aqui nos permitem rememorar Joseph Goebbels, Ministro da Propaganda de Adolf Hitler, que salientou: "uma mentira só precisa ser repetida com bastante frequência. Então ela é verossímil"⁸. Como veremos, a popularização da "ideologia de gênero" encontrou terreno fértil nas eleições 2018, sobretudo na campanha presidencial do então candidato Jair Messias Bolsonaro (PSL), justamente por ter sido um dos protagonistas tanto nas discussões que envolveram a polêmica do kit anti-homofobia quanto na retomada das discussões sobre "ideologia de gênero" durante sua campanha, gerando afirmações que foram reproduzidas em forma de *fake news* e que, mesmo tendo sido desmentidas antes do 2º turno, foram amplamente acolhidas pela população conservadora e contribuíram para sua vitória.

2. Uma mentira repetida mil vezes torna-se "verdade": *fake news* na campanha presidencial de Jair Bolsonaro

⁷ Sobre os discursos ultra-conservadores de Silas Malafaia, indicamos textos de Andrew Feitosa do Nascimento (2013); Fernanda Paiva e Marcos Nicolau (2013) e Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão Fº. (2015).

⁸ Eine Lüge muss nur oft genug wiederholt werden. Dann wird sie geglaubt. Tradução livre.

A campanha presidencial de Jair Bolsonaro foi alavancada pelo uso potente de *fake news* inseridas em postagens e vídeos em redes sociais digitais como *Youtube*, *Facebook*, *WhatsApp* e *Twitter*. Dentre as notícias falsas, destacaram-se as relativas ao “kit gay” e à “ideologia de gênero”.

Há dois dias da eleição de segundo turno à Presidência da República, a revista *Veja* noticiou que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) mandou tirar do ar *fake news* de Bolsonaro sobre o suposto “kit gay”. De acordo com o periódico, o então candidato à Presidência havia divulgado seis postagens no Youtube e Facebook em que fazia críticas ao livro *Aparelho Sexual e Cia.*, vinculando-o desonestamente ao projeto Escola Sem Homofobia, pejorativamente apelidado de “kit gay”. Em vídeo do Youtube, Jair Bolsonaro disparou que o livro estimularia não apenas o interesse sexual precoce em crianças como a *pedofilia* – o que obviamente intentou provocar em sua audiência um sentimento de pavor social e de demonização do inimigo a ser combatido: o livro falaciosamente vinculado ao “kit gay”.

Enquanto o Ministério da Educação (MEC) explicou que não produziu, adquiriu ou distribuiu a obra, publicada pela renomada Companhia das Letras em dez idiomas, o ministro Carlos Horbach do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) contemplou ser:

[...] igualmente notório o fato de que o projeto ‘Escola sem Homofobia’ não chegou a ser executado pelo Ministério da Educação, do que se conclui que não ensinou, de fato, a distribuição do material didático a ele relacionado. Assim, a difusão da informação equivocada de que o livro em questão teria sido distribuído pelo MEC gera desinformação no período eleitoral, com prejuízo ao debate político, o que recomenda a remoção dos conteúdos com tal teor (HORBACH, VEJA, 2018).

De modo símile, advogadas/os do Partido dos Trabalhadores (PT) observaram que em 28 de agosto, durante entrevista ao *Jornal Nacional* (Rede Globo), o presidencialável difundiu a informação falsa acerca da difusão do livro nas escolas públicas: “o candidato vem proferindo esta grave mentira há mais de dois anos. A informação de que o livro seria distribuído em escolas públicas começou a ser difundida por Bolsonaro no dia 10 de janeiro de 2016 por meio de um vídeo que publicou no

Facebook" (VEJA, 2018). Em 2013, Magali do Nascimento Cunha já havia denunciado a falsa vinculação entre o livro *Aparelho Sexual e Cia.* e o projeto Escola Sem Homofobia:

O livro foi publicado como obra paradidática em 2007 pela editora Companhia das Letras e é dirigido a pré-adolescentes de 9 a 14 anos, diferentemente da faixa apresentada pela palestrante. A obra, na verdade, não consta nas listas do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e nem do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) (CUNHA, 2013).

A palestrante referida acima por Magali Cunha é Damares Alves, que é considerada por algumas pessoas como "a mãe da farsa do kit gay" (CARVALHO, 2018). Alves é pastora evangélica, assessora do senador Magno Malta e como este, umbilicalmente relacionada às pautas da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) como a da flexibilização da laicidade do Estado e do combate ao pretenso "kit gay" e à presumida "ideologia de gênero". Além disso, Alves recentemente (dezembro de 2018) está sendo cotada para assumir o Ministério das Mulheres, Família e Direitos Humanos do governo bolsonarista. De acordo com Cunha, que analisou palestras de Alves em igrejas evangélicas:

Ao se assistir integralmente a palestra de 1h13m, porém, percebe-se que a seleção de materiais da qual a advogada faz uso, são extratos adaptados artificial e forçosamente a sua pauta de abordagens. Os extratos são apresentados como se fossem a íntegra das cartilhas e livros e a explicação oferecida traz, além de elementos críticos genéricos e imprecisos, inverdades e manipulação explícita de dados para dar veracidade às abordagens. Damares Alves tenta apagar tais generalismos, imprecisões e manipulações com justificativas como "tenho muita coisa para mostrar, tenho que passar rápido"; certamente, ao se apresentar num culto evangélico, dificilmente haveria contraposição, tal o caráter de verdade atribuído à sua palavra (CUNHA, 2013).

Assim, como o comentário de Cunha sinaliza, é a partir de uma *linguagem autorizada* (BOURDIEU, 1983) presumivelmente pautada na autoridade de Deus (Alves é pastora evangélica) que informações não só inconsistentes como *inverdadeiras* são propagadas. Vale realçar a premência de discursos religiosos - associados a discursos de ódio - nas falas não tão somente de Alves como de Bolsonaro (bem como de

seus/suas seguidores/as), como observado por Wallacy Pasqualini, que analisou postagens do então presidenciável no Facebook:

[...] a presença de ideais cristãos se mostrou de forma massiva, através de falas que visam a defesa da família e dos valores morais e éticos, contrariedade à homossexualidade e ao ensino da ideologia de gênero nas escolas, além do uso do nome Deus. Esses comentários demonstram que a busca de Bolsonaro também se concentra em atrair o público cristão, não em vão o apoio que o mesmo fornece à Bancada da Bíblia. De igual forma, discursos que menosprezam a esquerda política e, principalmente, os governos de Lula e Dilma, tidos como demônios pelos discípulos de Bolsonaro, assim como pelo próprio, estão presentes (PASQUALINI, 2018, p. 102).

As *fake news* com conteúdo religioso de ódio identificadas em Alves e Bolsonaro possivelmente remetam ao que Michel Foucault observa: “o poder produz campos de objetos e rituais de verdade” (FOUCAULT, 1977, p. 172). Levando em conta que para este o discurso se constitui de uma “série de segmentos descontínuos, cuja função tática não é uniforme nem estável” (FOUCAULT, 1980, p. 95), mas sim a engrenagem entre saber e poder com a finalidade estratégica de instaurar conhecimentos e fazeres, é perceptível que falas como a de Alves e de Bolsonaro encontrem ressonância em determinados “efeitos de verdade”.

Referimo-nos ao sentido dado por Foucault de que “a verdade está circularmente ligada a sistemas de poder que a produzem e a confirmam e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem” (FOUCAULT, 1979, p. 14) e de que “vivemos em uma sociedade que produz e faz circular discursos que funcionam como verdade, que passam por tal e que detêm, por este motivo, poderes específicos” (FOUCAULT, 1979, p. 231). Mais que efeitos de verdade, podemos aqui denominar as *fake news* disseminadas por Alves e Bolsonaro como “defeitos de verdade” arquitetados com o fito de provocar a reação emocional das pessoas audientes no combate ao suposto (e falacioso) “kit gay” e à igualmente suposta (e falaciosa) “ideologia de gênero”.

Imagem: Livro apresentado por Bolsonaro no Jornal Nacional
(Rede Globo) é *fake new*



Fonte: <https://veja.abril.com.br/politica/tse-manda-tirar-do-ar-fake-news-de-bolsonaro-sobre-kit-gay/>

Talvez possamos aventar, ainda, as *fake news* como forma de “es-
curecimento” das ideias. Se em 1784 Kant procurava definir *menoridade*
como a incapacidade das pessoas em fazerem uso de seus próprios
entendimentos sem a direção de outros indivíduos, e o *Aufklärung* - ou
esclarecimento - como a oposição ao estado de menoridade em que a
humanidade se encontrava autoritariamente (KANT, 1784), é plausível
que as *Fake news* coligadas às redes sociais representem a contra-
marcha nesse processo: elas obscurecem a capacidade de raciocínio
e de agência conduzindo as pessoas à condição de menoridade e de
subserviência ao poder delegado por essas próprias pessoas às mídias
falaciosas.

Semelhantemente ao que Kant nota sobre a menoridade, da qual
a própria pessoa é culpada caso a sua causa não esteja na falta de
entendimento mas na ausência de coragem para fazer uso de seu en-
tendimento próprio, possivelmente não haja uma condição de vitimi-
zação nesta contra-*Aufklärung*: as próprias pessoas tem chancelado às
mídias - especialmente as redes sociais - os modos de subserviência às
mesmas, dando a estas a autoridade de produzirem efeitos de verdade
(FOUCAULT, 1979) e de crença. É necessário, nesse sentido, que o
pensamento autônomo e a capacidade de agência própria – *Aufklärung*
contra a menoridade e submissão ao poder obscurantista das *fake news*

e redes sociais – tome lugar nos corações e mentes das pessoas em forma de resistência.

3. “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”: democracia e laicidade no velho novo Brasil

“Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Esse foi o nome da coligação que saiu vitoriosa do pleito eleitoral do ano de 2018 na disputa para o mais alto cargo do Poder Executivo. Jair Messias Bolsonaro obteve mais votos que Fernando Haddad (Partido dos Trabalhadores – PT) no 2º turno. Jair Bolsonaro obteve 55,13% dos votos válidos, o que representa mais de 57 milhões de votos. Como vimos nas seções anteriores, parte da campanha desse presidencialível foi realizada tendo como base a luta contra o “kit gay”, a “ideologia de gênero” e a defesa da “família tradicional brasileira”, em uma construção discursiva que vem sendo produzida desde o ano de 2011. Neste cenário que se apresenta, pensamos ser necessário pensar o que a vitória do candidato eleito simboliza para a democracia brasileira, considerando tanto o *slogan* de sua campanha quanto afirmações diversas vezes repetidos nos palanques pelo Brasil.

Entretanto, com o intuito de adensar as discussões aqui propostas, pensamos ser necessário nos retermos, ainda que de forma breve, ao debate sobre o que se entende por *democracia*. Aqui, corroboramos com a perspectiva de Norberto Bobbio, que pensa a democracia como o regime político no qual o dissenso é, mais do que permitido, desejável. Acrescenta que “o dissenso, desde que mantido dentro de certos limites (estabelecidos pelas denominadas regras do jogo), não é destruidor da sociedade mas solicitador, e uma sociedade em que o dissenso não seja admitido é uma sociedade destinada a morrer” (BOBBIO, 1986, p. 61). Ainda reforçando esta perspectiva, Bobbio dialoga com o sociólogo e jornalista italiano Francesco Alberoni, sobre quem faz o seguinte comentário:

Alberoni parte de uma mesa-redonda televisionada na qual algumas conhecidas personalidades sustentam que se tem um regime democrático quando se pode contar com o consenso dos consórcios, e afirma: “nada disso” – “A democracia é um sistema político que pressupõe o dissenso. Ela requer o consenso apenas sobre um único ponto: as regras da competição”, pois por democracia no Ocidente, explica, “entende-se um

sistema político no qual não existe consenso, mas dissenso, competição, concorrência" (BOBBIO, 1986, p. 61).

Quando nos referimos ao *dissenso*, necessariamente nos referimos a questões relacionadas às alianças e à oposição de governos estabelecidos por meio das regras do jogo – o processo eleitoral das democracias representativas. Ora, em diversas vezes, quando discursava em palanques políticos pelo Brasil, o presidenciável Jair Bolsonaro vociferou que iria “fuzilar a petralhada”⁹, termo que, juntamente com “vermelhos”, é comumente utilizado para designar filiados e apoiadores do Partido dos Trabalhadores (PT). Apesar de ter alegado, dias depois, que sua frase se trataria de uma “brincadeira”, o presidenciável voltou a ameaçar aqueles que fossem contrários a seu governo, dizendo que caberia a seus opositores caberia sair do país ou ir para a cadeia¹⁰. Essa fala foi feita poucos na semana que precedeu o 2º turno das eleições de 2018, enquanto acontecia uma manifestação de apoio a Jair Bolsonaro na Avenida Paulista, em São Paulo, assim como em outras cidades brasileiras. Em sua fala, Bolsonaro reforça:

Não tem preço as imagens que vejo agora da Paulista e de todo o meu querido Brasil. Perderam ontem, perderam em 2016 [referência do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff] e vão perder na semana que vem de novo. Só que a faxina agora será muito mais ampla. Essa turma, se quiser ficar aqui, vai ter que se colocar sob a lei de todos nós. Ou vão para fora ou vão para a cadeia. Esses marginais vermelhos serão banidos da nossa pátria (VEJA, 22 de outubro de 2018).

Se entendemos a democracia como o regime político que tem como alicerce o dissenso como lícito e desejável, as falas de Jair Bolsonaro revelam não só aversão ao dissenso, mas a intencionalidade em minar as possibilidades para que o dissenso ocorra, sobretudo quando este vem do principal partido da oposição, o Partido dos Trabalhadores (PT).

⁹ Campanha confirma vídeo em que Bolsonaro fala em ‘fuzilar a petralhada do Acre’: ‘Foi brincadeira’. Extra (3 set. 2018). Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/brasil/campanha-confirma-video-em-que-bolsonaro-fala-em-fuzilar-petralhada-do-acre-foi-brincadeira-23033904.html>. Acesso em: 6 dez. 2018.

¹⁰ “Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria”, diz Bolsonaro. Veja (22 out. 2018). Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/esses-marginais-vermelhos-serao-banidos-de-nossa-patria-diz-bolsonaro/>. Acesso em 06 dez. 2018.

Entretanto, vale rememorar que a campanha de Jair Bolsonaro não foi feita apenas em cima de sua oposição do PT, mas na veiculação em massa de *Fake news* relacionadas ao “kit gay”, à “ideologia de gênero” e, também, à sua defesa da “família”, entendida como aquela formada unicamente por “macho e fêmea”¹¹. Assim, seus/as opositores/as se tornam mais amplos que aqueles que pertencem ao Partido dos Trabalhadores, somando-se a população LGBTIQ+ e as feministas, responsáveis pela tentativa de implantação do “kit gay” e da “ideologia de gênero” nas escolas brasileiras, assim como pela tentativa de destruir a família.

As concepções defendidas por Bolsonaro desde antes da confirmação de sua candidatura ao pleito de 2018, quando ainda atuava como deputado federal, fizeram com que recebesse atenção dos mais diversos setores conservadores da sociedade brasileira. Dentre estes, cabe destacar a presença dos conservadorismos religiosos que renderam a Bolsonaro uma série de importantes alianças com lideranças e políticos religiosos, notadamente aqueles que compõem a Frente Parlamentar Evangélica (FPE) no Congresso Nacional e outros que possuem atuação proeminente na mídia, como é o caso do Pastor Silas Malafaia, da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, principal liderança das Assembleias de Deus no Brasil. Em vídeo postado em seu canal oficial no YouTube, e intitulado “Pastor Silas Malafaia comenta: Por que você deve votar em Jair Bolsonaro?”, o pastor argumenta:

[...] esse camarada [Bolsonaro], ele é à favor dos valores de família, ele é contra essa bandidagem de erotizar criança em escola que toda a esquerda quer, ele é à favor da vida, ele não deve nada a esse sistema político que tá aí, por isso ele pode fazer um excelente governo [...] Um homem que teme a Deus e que tem liderança, que não tem medo dessa imprensa esquerdopata [...] Vamos dar um basta nessa esquerda que destruiu o Brasil, que quer destruir valores morais e de família! (Silas Malafaia Oficial, 25 set. 2018).

Quando Silas Malafaia se refere às tentativas da “esquerda” em “erotizar crianças”, está remontando tanto ao “kit gay” quando à “ideo-

¹¹ Bolsonaro diz que se eleito família será respeitada: ‘Aqui tem macho e fêmea’. Portal G1 (01 set. 2018). Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/eleicoes/2018/noticia/2018/09/01/bolsonaro-diz-que-se-eleito-familia-sera-respeitada-aqui-tem-macho-e-femea.ghtml>. Acesso em: 06 dez. 2018.

logia de gênero", ambos também ferrenhamente combatidos pelo pastor¹² em uma lógica que mistura *dispositivo da cis-heteronorma* (MARANHÃO Fº, 2017) e uma certa "ideologia de gênese" que entende que a única cosmovisão social plausível esteja na criação do mundo a partir de Adão e Eva (MARANHÃO Fº, 2018, no prelo).

Além do protagonismo de Silas Malafaia na campanha de Jair Bolsonaro, já salientamos aqui o fundamental apoio da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) à sua campanha presidencial. Notadamente reconhecida pela defesa de pautas que sustentam uma moralidade religiosa conservadora em nome da "defesa da família tradicional" (VITAL E LOPES, 2012; SOUZA, 2013; COSTA, 2016; ALMEIDA, 2017; DIAS, 2017), o apoio da popularmente chamada "bancada evangélica" fez com que nomes como os do deputado Pastor Marco Feliciano (Podemos-SP), do ex-senador Magno Malta e da pastora da Igreja do Evangelho Quadrangular Damares Alves¹³ fossem nomes cotados para assumir o cargo de Ministro da Cidadania do governo Jair Bolsonaro no início de 2019, pasta essa que vai reunir os hoje existentes Ministério dos Direitos Humanos, Ministério da Cultura e Ministério do Desenvolvimento Social.

Os nomes de Marco Feliciano, Magno Malta e Damares Alves, entretanto, historicamente pouco se associam a pautas de defesa da cidadania, sobretudo quando falamos de direitos da população negra, de mulheres e de LGBTIQ+s. A passagem de Feliciano na presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) na Câmara dos Deputados contrastam com episódios protagonizados pelo parlamentar que envolvem a oposição à "ideologia de gênero"¹⁴ e a utilização do Twitter para fazer comentários acerca das populações negra e LGBTIQ+, sendo contrário, sobretudo ao casamento homoafetivo, entendido como

¹² Pr. Silas Malafaia: O que é Ideologia de Gênero?. Silas Malafaia Oficial. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4uk4FyOLi5Y>. Acesso em: 6 dez. 2018.

¹³ Além de pastora, Damares Alves tem uma atuação política intensa com a Frente Parlamentar Evangélica. Embora nunca tenha sido parlamentar, foi auxiliar de Magno Malta, de Arolde de Oliveira e foi chefe de Gabinete de João Campos, três conhecidos nomes da FPE e opositores dos direitos das mulheres e da população LGBTIQ+.

¹⁴ NÃO À IDEOLOGIA DE GÊNERO NAS ESCOLAS! PR. MARCO FELICIANO. Marco Feliciano. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Qf3aCp-c6VA&t=12s>. Acesso em: 6 dez. 2018.

a tentativa de imposição de uma “ditadura gay”¹⁵. Da mesma forma, a atuação de Magno Malta no Senado Federal e a participação de Damares Alves nas equipes de parlamentares da FPE são indícios de que a defesa dos direitos da população LGBTIQ+ não farão parte da agenda prioritária do Ministério da Cidadania.

Neste cenário apresentado, o que percebemos é que a articulação de setores religiosos conservadores (com destaque para a já mencionada Frente Parlamentar Evangélica) à campanha de Jair Bolsonaro se faz por meio de discursos que articulam a produção de inimigos em comum – os “ideólogos de gênero” (lê-se a população LGBTIQ+ e as feministas) e os “petralhas” ou “comunistas” que também defendem a “ideologia de gênero” e almejam “erotizar crianças” (sobretudo quando se associa o período em que Fernando Haddad foi Ministro da Educação ao “kit gay”) – que precisam ser dizimados em nome da defesa da “família tradicional brasileira”, entendida como composta por homem, mulher e filhos/as.

No que diz respeito, especificamente, à discussão da democracia, percebemos que as alianças entre religião e política nos segmentos conservadores da sociedade brasileira se fazem pela eliminação do dissenso e da pluralidade e por meio da defesa de *discursos de verdade* (FOUCAULT, 1979) sobre os que seriam “inimigos da nação” e da “família tradicional brasileira”. Negam, portanto, não somente os fundamentos da democracia, mas também um elemento que consideramos inerente a esta: a *laicidade do Estado*.

Nos referimos à laicidade como componente fundamental à democracia, pois é imprescindível que, em regimes democráticos, as múltiplas *verdades* possam conviver em dissenso, respeitando a pluralidade de cosmovisões. Essa perspectiva é a mesma de Flávia Biroli quando analisa a influência do discurso político-religioso nos debates sobre a “ideologia de gênero”, mas que cabe nas discussões que aqui estão sendo desenvolvidas. A autora argumenta:

¹⁵ 13 tuítes polêmicos do pastor e deputado Marco Feliciano. Exame (11 mar. 2013). Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/15-tuites-polemicos-do-pastor-e-deputado-marco-feliciano/>. Acesso em 6 dez. 2018.

A laicidade do Estado – a separação entre Estado e religião – foi uma solução histórica para essa diversidade, que se apresenta também como pluralidade de crenças e de credos. A laicidade é um princípio fundamental da democracia porque permite que essa diversidade se apresente sem que o Estado assuma e promova a superioridade de um grupo relativamente a outro. Quando a religião orienta políticas de Estado, rompe-se com a ideia de que os indivíduos merecem igual respeito e têm igual valor na sociedade – os valores, crenças e estilos de vida de alguns fariam deles o povo eleito, e a democracia não resiste a essa visão exclusivista e excludente (BIROLI, 2015, s/n).

Vale destacar também que, momentos antes do primeiro pronunciamento público de Bolsonaro após saber do resultado das eleições, o então senador Magno Malta (pastor e cantor evangélico) foi convocado pelo presidente eleito para proceder uma oração em que ressaltava o caráter *messiânico* de Bolsonaro, considerando que o mesmo havia sido colocado no poder por Deus. O primeiro pronunciamento público de Bolsonaro pós-eleição (bem como outros que se seguiram), de algumas formas confirmando esta concepção, assim como a oração de Malta,¹⁶ estimularam a feitura da *Carta da ABHR pela Laicidade do Estado*, de 28 de outubro de 2018:

A Associação Brasileira de História das Religiões (ABHR) respeita o resultado das eleições presidenciais ocorridas em 28 de outubro de 2018 e que elegeram Jair Messias Bolsonaro (Partido Social Liberal – PSL) como o próximo Presidente da República, e deseja ao mesmo um governo verdadeiramente democrático, laico, plural e inclusivo. No entanto, externamos profunda preocupação com alguns dos primeiros pronunciamentos do Presidente eleito, que sinaliza o rompimento do princípio da laicidade do Estado. O Presidente eleito iniciou seu pronunciamento com a passagem bíblica de João 8:32 (“conhecereis a verdade e a verdade vos libertará”) e apresenta-se como missionário de Deus. Minutos antes, em cerimônia pública, convidou o Senador evangélico Magno Malta (Partido da República – PR) a pronunciar-se. Além de ungir Bolsonaro, este fez notar que o mesmo foi posto no mando da nação por Deus. O slogan da campanha presidencial também causa preocupação: “Deus acima de todos”. Em uma sociedade verdadeiramente inclusiva, democrática, plural e laica, o respeito à diversidade de crenças (e também de descrenças, ao ateísmo e ao agnosticismo) deve ser devidamente assegurado. É urgente

¹⁶ Maranhão Fº trata desta questão em artigo no prelo, intitulado “Deus é família, gênero é bestialidade e necrofilia”: Magno Malta e as ideologias de gênero e de gênese (2018).

que a laicidade do Estado, prevista pela nossa Constituição Federal, seja devidamente assegurada. Por uma sociedade realmente livre, democrática, progressista e acolhedora a todas as diferenças e diversidades, reivindicamos o respeito à devida separação entre Igreja e Estado (ABHR, 2018).

A partir desta carta, a Associação Brasileira de História das Religiões (ABHR) lançou a *Campanha Nacional pela Laicidade do Estado*, anunciada em seu sítio www.abhr.org.br no dia dos resultados da eleição de Bolsonaro – com o fito de manter acesas as chamas da laicidade, cidadania e respeito aos Direitos Humanos e diversidades de *todas* as pessoas e de relemburar os fundamentos democráticos.

Ora, em um cenário marcado pela vitória de uma coligação que carrega o nome “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, a laicidade se vê tão ameaçada quanto à democracia, pois, primeiramente, percebemos que a primazia é dada a religiões cristãs em detrimento de outros credos. Além disso, a invocação de Deus e do Cristianismo, associados a discursos que se colocam contra a “ideologia de gênero” em nome da “família tradicional brasileira”, invisibilizam a polifonia e polissemia do próprio campo religioso cristão, pois aposta na defesa de verdades absolutas que são incapazes de tolerar o dissenso – inclusive aquele do próprio campo cristão, repleto de diferentes denominações e credos – característico de regimes democráticos. A este respeito, Saulo Baptista diz:

As religiões não costumam tolerar o dissenso em questões teológicas. Embora a fé seja sempre fundamentada em interpretações, cada instituição religiosa tem uma trajetória histórica, na qual “a verdade” é dada pela exegese e hermenêutica do grupo que detém o poder, no período considerado. Quem tem a hegemonia tem a ortodoxia. Os opositores são sempre hereges. Em contexto dessa natureza, não há clima para alimentar qualquer processo democrático, pois não se limita apenas a regras de governo (BAPTISTA, 2013, p. 155).

Justifica-se assim a supressão de direitos de todos/as aqueles/as que não se enquadram nos padrões conservadores do credo político de Bolsonaro. Sendo assim, coloca-se “Deus” acima da democracia. Estaria Bolsonaro acima da democracia e da sociedade?

Considerações finais

No presente artigo demonstramos como se construíram no cenário político brasileiro, desde 2010, discursos falaciosos sobre iniciativas que visavam o combate à homofobia e a ampliação de direitos para a população LGBTIQ+, dentre estes, tanto o Programa Escola Sem Homofobia quanto a inserção de diretrizes que visavam a superação de desigualdades referentes à orientação sexual e identidade de gênero no Plano Nacional de Educação e nos Planos Municipais de Educação, foram alvo de discursos político-religiosos que, em nome da defesa da "família brasileira", tratavam essas iniciativas como tentativas de "homossexualizar"/"erotizar" crianças.

A notável preocupação de lideranças-político religiosas com o ambiente escolar evidencia sua potencialidade na desconstrução do *status quo* quando o empenho é para o aprofundamento do respeito à diversidade e aos princípios democráticos. Se, por um lado, o ambiente escolar pode ser instrumentalizado para o desenvolvimento de pedagogias da sexualidade (LOURO, 1999) que normalizam determinados comportamentos e contribuem para a perpetuação de normas de gênero (BENTO, 2011), também pode ser local privilegiado do estranhamento para com normas instituídas e do aprendizado das diferenças (MISKOLCI, 2013).

Procuramos analisar como a campanha presidencial de Jair Messias Bolsonaro foi articulada e impulsionada pela utilização de *fake news*, sobretudo aquelas que o associam à defesa da "família tradicional brasileira" e ao combate ao "kit gay" e à "ideologia de gênero". Se, por um lado as já comprovadas *fake news* encontraram lugar no pensamento hegemônico da sociedade brasileira e foram acolhidas durante a campanha de Jair Bolsonaro, a desconstrução e a evidenciação de seu caráter falacioso não foram suficientes para provocar oscilações na receptividade de sua candidatura frente à opinião pública, como demonstraram os resultados das urnas.

A "família tradicional brasileira" se tornou importante capital político para políticos/as religiosos/as que se aproveitam do imaginário social para empurrar suas agendas. O recrudescimento de conservadorismos que vemos no Brasil, principalmente desde 2010, se consolida com a vitória de Jair Bolsonaro, oferecendo novos desafios às já frágeis democracia brasileira e laicidade do Estado.

Referências

Bibliográficas

ALMEIDA, Ronaldo de. A onda quebrada – evangélicos e conservadorismo. **Cadernos Pagu**, n. 50, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n50/1809-4449-cpa-18094449201700500001.pdf>. Acesso em 6 dez. 2018.

BAPTISTA, Saulo de Tarso Cerqueira. Religião e democracia. **Estudos de Religião**, v. 27, n. 1, 2013, p. 138-156.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz diferença. **Estudos Feministas**, v. 19, n. 2, 2011, p. 549-559.

BIROLI, Flávia. A “Ideologia de Gênero” e as ameaças à democracia. **Blog da Boitempo** (2015). Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2015/06/26/a-ideologia-de-genero-e-as-ameacas-a-democracia/>. Acesso em: 06 dez. 2018.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986

BOURDIEU, Pierre. **Sociologia**. São Paulo, Ática, 1983.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra**: quando a vida é passível de luto?. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

COELHO, Fernanda M. F. “**Menino já nasce menino, menina já nasce menina**”: Fobia religiosa de gênero e suas implicações no debate sobre o Plano Nacional de Educação brasileiro no período 2012-2014, 2017. 131p. Dissertação de Mestrado (Ciências da Religião). Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2017.

COSTA, Emerson Roberto da. **República Federativa Evangélica**: Uma análise de gênero sobre a laicidade no Brasil a partir da atuação dos/as parlamentares evangélicos/as no Congresso Nacional no exercício da 54^a Legislatura. 2016. 222p. Tese de Doutorado (Ciências da Religião). Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2016.

DIAS, Tainah Biela. **Sobre Religião, Estado Laico e Cidadania LGBT**: a Frente Parlamentar Evangélica e a defesa da *verdade* sobre a *família*. 2017. 147p. Dissertação de Mestrado (Ciências da Religião). Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2017.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1980

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: o nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1977.

GERALDES, Elen Cristina; RAMOS, Tânia Regina Oliveira; SILVA, Juliano Domingues da; MACHADO, Liliane Maria Macedo; NEGRINI, Vanessa (Orgs). **Mídia, misoginia e golpe**. Brasília: FAC, 2016.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Censo demográfico 2010: Famílias e domicílios. Resultados da Amostra, Rio de Janeiro, 2010.

KANT, Immanuel. Qu'est-ce que les Lumières?. In: KANT, Immanuel. **Vers la paix perpétuelle**. Que signifie s'orienter dans la pensée? Qu'est-ce que les Lumières et autres textes. Tradução de Jean-François Poirier e Françoise Proust. Introdução, notas, bibliografia e cronologia de Françoise Proust. Paris: GF Flammarion, 1991.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O Corpo Educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 7-34.

MARANHÃO Fº, Eduardo Meinberg de Albuquerque. "A travesti morreu, mas carregou ela no caixão" e outras histórias vivas: conversão, transfobia religiosa e morte. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 10, n. 9, p. 165-216, 2017.

_____. "Deus é família, gênero é bestialidade e necrofilia": Magno Malta e as ideologias de gênero e de gênese. No prelo, 2018.

_____. "É prá baixar o porrete!" Notas iniciais sobre discursos punitivos-discriminatórios acerca das homossexualidades e transgeneridades. **Mandrágora**, São Bernardo do Campo, v. 21, n. 21, p. 47-87, 2015.

_____. "Um tapa na cara pra quem diz que cura gay não existe": A ideologia de gênese em Clecyianne, Lady Gaga e Marco Feliciano. **Religare**, João Pessoa, V. 15, N. 1, no prelo, 2018.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

NASCIMENTO, Andrew Feitosa. "Eu amo homossexuais como eu amo bandidos": o pensamento religioso de Silas Malafaia. In: MARANHÃO Fº, Eduardo Meinberg de Albuquerque (Org.). *ANAIS* do 1º Simpósio Sudeste da ABHR, 1º Simpósio Internacional da ABHR, Diversidades e (In)Tolerâncias Religiosas. São Paulo, ABHR, 2013 (p. 1730-1740).

PAIVA, Fernanda; NICOLAU, Marcos. "...e o Marco Feliciano Não me Representa": As Múltiplas Formas de um Meme no Instagram. *ANAIS* do XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. Mossoró, RN: INTERCOM, 12 a 14 de junho de 2013. Disponível em: <http://www.porta-lintercom.org.br/anais/nordeste2013/resumos/R37-0207-1.pdf>. Acesso em: 18 maio 2018.

PASQUALINI, Wallacy Oliveira. "**Brasil acima de tudo, Deus acima de todos**": uma análise do conteúdo da página oficial no Facebook de Jair Mes-

sias Bolsonaro. Trabalho de Conclusão de Curso (Jornalismo) apresentado no Centro Universitário Estácio Juiz de Fora – Minas Gerais, 2018. Orientação de Silvana Sottani.

SOUZA, Odair de. **A construção do Plano Municipal de Educação no município de Paulo Lopes/SC e sua interface com a religião**. TCC (Especialização em Gênero e Diversidade na Escola). Orientação de Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão Fº. Programa de Pós-graduação em Gênero e Diversidade na Escola. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, p. 61, 2016.

SOUZA, Odair de; MARANHÃO Fº, Eduardo Meinberg de Albuquerque. Gênero e Diversidade na Escola *ou* ideologia de gênero? Reações religiosas a um Plano Municipal de Educação de Santa Catarina. **Poder & Cultura**, v. 5, n. 9, p. 330-351, 2018.

SOUZA, Sandra Duarte de. Política religiosa e religião política: os evangélicos e o uso político do sexo. **Estudos de religião**, v. 27, n. 1, 2013, p. 177-201.

SOUZA, Sandra Duarte de. “Não à ideologia de gênero” A produção religiosa da violência de gênero na política brasileira. **Estudos de Religião**, vol. 28, n. 2, 2014, p. 188-204.

SOUZA, Sandra Duarte de. “Não à ideologia de gênero!” A produção religiosa da violência de gênero na política brasileira. In: MARANHÃO Fº, Eduardo Meinberg de Albuquerque; SÁEZ, Oscar Calavia (Orgs.). **História, Gênero e Religião: Violências e Direitos Humanos** (Vol. 1). Coleção ABHR. Florianópolis: ABHR / Fogo, 2018, p. 153-172.

VITAL, Cristina; LOPES, Paulo Victor Leite. **Religião e Política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBT+s no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012.

ZDEBSKYI, Janaína de Fátima; MARANHÃO Fº, Eduardo Meinberg de Albuquerque; PEDRO, Joana Maria. A histórica e as belas, recatadas e do lar: misoginia à Dilma Rousseff na concepção das mulheres como costelas e dos homens como cabeça da política brasileira. **Espaço e Cultura**, 38, p. 225-250, 2015.

Internet

13 tuítes polêmicos do pastor e deputado Marco Feliciano. Exame (11 mar. 2013). Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/15-tuites-polemicos-do-pastor-e-deputado-marco-feliciano/>. Acesso em 6 dez. 2018.

Associação Brasileira de História das Religiões (ABHR). Campanha Nacional pela Laicidade do Estado - Carta da ABHR pela Laicidade do Estado. Disponível em: <http://www.abhr.org.br/campanha-nacional-pela-laicidade-do-estado>. Acesso em 2018.

Pastor Silas Malafaia comenta: Por que você deve votar em Bolsonaro?. Silas Malafaia Oficial (25 set. 2018). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4uBxAI-rPyw>. Acesso em: 6 dez. 2018.

Pr. Silas Malafaia: O que é Ideologia de Gênero?. Silas Malafaia Oficial (29 set. 2016). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4uk4FyOL15Y>. Acesso em: 6 dez. 2018.

TSE manda tirar do ar Fake news de Bolsonaro sobre 'kit gay'. Veja (16 out. 2018). Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/tse-manda-tirar-do-ar-fake-news-de-bolsonaro-sobre-kit-gay/>. Acesso em: 1 dez. 2018.